



Anais da Assembléia

Nº 70

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1980

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Fuad Nacli e Romero Filho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguialdo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezekias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ELPÍDIO MORAES DE BOMFIM, ocorrido em data de 15 do corrente.

Dê-se ciência à família, à Rua Marabá, 18, Guabirota, Curitiba, Pr.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1980.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A personalidade de Eupídio Moraes de Bomfim, residia na sua maneira sempre leal, sincera e humana, verdadeiro patrimônio de honestidade.

Quando assumi a Secretaria Executiva da extinta Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, cargo a mim transmitido pelo Senhor Afonso Sanvido, lembro-me que o único pedido foi o de que mantivesse Eupídio na Assessoria daquele Gabinete, pois os dotes que o caracterizavam e a nobreza de seus sentimentos que inspirava, mereciam total confiança.

Assim, ao longo da minha atuação da FATR, tive em Eupídio sempre um amigo e um companheiro de todas as horas de meu trabalho.

Solicito que desta reverência a Eupídio Moraes de Bomfim, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Marabá, 18, Guabirota, nesta Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, um voto de regozijo endereçado ao Meretíssimo Juiz da Terceira Vara Criminal da Comarca de Vitória-ES, Doutor HILTON SILLY.

Que a decisão lhe seja comunicada através de telex ou telegrama.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

"Considerando um dos Juizes mais íntegros e inflexíveis do Espírito Santo, HILTON SILLY, de 58 anos, não se deixou envolver pelas constantes ameaças ou até propostas de suborno que lhe eram dirigidas, condenando os três acusados pelo bárbaro assassinato da menina ARACELI SANCHEZ, ocorrido em maio de 1973, a penas que, se não são extremamente rigorosas, pelo menos estão acima da calculada pela maioria dos juristas", é o que se destaca da notícia transmitida aos órgãos de imprensa, pela agência AG.

Mesmo tardia, quando muitos imaginavam desesperançados que realmente a Justiça havia se curvado ao poder da influência pessoal e da situação econômica dos réus, Dante Barros, Dante Brito e Paulo Hela, ela se impôs ativa e soberana, conduzida pela honorabilidade singular de HILTON SILLY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Srs. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado, e NIVALDO ALMEIDA NEVES, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido que se proceda convênio entre o Município de JAGUAPITÁ e o Estado do Paraná, a fim de que proceda o encasalhamento e construção de pontes nas estradas vicinais daquele município, através da verba PROSAFRA, que virá proporcionar melhores condições de uso aos veículos que por elas trafegam.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA e EDSON MACHADO DE SOUZA, Digníssimos Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, solicitando seja construído um prédio para o funcionamento do ensino de 2º Grau, no Município de ITAMBARACÁ, que atualmente funciona no prédio do Grupo Escolar "Marcílio Dias", que já não comporta as necessidades, face ao elevado número de estudantes ali matriculados.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Srs. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA e NIVALDO ALMEIDA NETO, DD. Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação da estrada que liga Itambaracá a Porto Almeida.

Esclarecemos aos nobres Pares que o levantamento topográfico para a sua pavimentação já foi elaborado, dependendo para sua execução apenas autorização do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. General ADALBERTO MASSA, Delegado Regional do Trabalho, encaminhando matéria anexa e solicitando severa fiscalização nas máquinas de desfibramento de ramí, no Município de Uraí.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1980.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

No Município de Uraí, localizado no Norte do Estado vem acontecendo fatos extremamente lamentáveis e que até agora ainda não foram solucionados pelas autoridades competentes.

O problema existe há anos, desde o início da cultura do ramí na região. Em 1974 e 1975, o Ministro do Trabalho, sensibilizado por uma campanha desencadeada pela imprensa nacional, estabeleceu um "padrão" de 3,5 cm para a abertura da boca da máquina que trabalha no desfibramento do ramí.

Os acidentes diminuíram nos anos seguintes. Entretanto, este ano com a super-produção verificada, os agricultores voltaram a desrespeitar a legislação e abriram exageradamente as bocas das máquinas e o resultado foi que voltaram em grande escala os números de acidentes.

Somente entre os dias 16 de maio de 13 de junho foram registrados seis acidentes com trabalhadores que operam nas máquinas com cortes de dedos até a mutilação da mão inteira do trabalhador.

Esses lamentáveis fatos não podem perdurar. O Vereador Severino Nunes de Araújo tem usado a tribuna da Câmara de Vereadores daquele município, jornais e rádios para denunciar tais acontecimentos mas parece-nos que as autoridades pouco fizeram para coibir tais abusos desses proprietários.

Há dias atrás esteve no município uma equipe de fiscalização da Delegacia Regional atendendo às denúncias do vereador, mas lamentavelmente não executou esse serviço com eficiência. Para citarmos apenas um dado dessa "equipe de fiscalização" ela visitou uma propriedade de um ramicultor e nesta propriedade, no dia seguinte, houve um acidente com o trabalhador José Irso Barbosa, que teve dois dedos de suas mãos decepados.

Fatos como estes não podem mais ocorrer e por isso é que solicitamos que este Poder encaminhe ao Sr. General Adalberto Massa as reportagens anexas de denúncias formuladas pelo Vereador e solicitar que nova fiscalização se efetue nas propriedades dos ramicultores de Uraí.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 88/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O artigo 1º da Lei nº 6755, de 16 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR SÃO VICENTE DE PAULO", mantenedor do Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Umuarama, Estado do Paraná".

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1980.

(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 6755, de 16 de dezembro de 1975, declarava, em seu artigo 1º, de utilidade pública a CONFERÊNCIA VICENTINA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, mantenedora do Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Umuarama.

A razão social da nobre entidade vem a sofrer alteração, conforme abundante e esclarecedora documentação em anexo, passando a ser então, LAR SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na mesma cidade paranaense, e tendo como objetivo a continuidade da ação de benemerência da anterior, posto que prossegue a manutenção e administração do Asilo São Vicente de Paulo.

O presente projeto de lei é constitucional, não implica em aumento de despesas, e visa regularizar uma situação jurídica, não há porque, salvo melhor juízo, negar a declaração de utilidade pública ao LAR SÃO VICENTE DE PAULO, sucessor da CONFERÊNCIA VICENTINA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente. Consulto a Liderança do PP, se deseja fazer uso da palavra.

Ausente. Consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso da palavra.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB, se deseja fazer uso da palavra.

Ausente. Consulto a Liderança do PDS, se deseja fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos assistindo, na televisão, nos veículos de propaganda, e de comunicação, a marcha contra a prorrogação. Marcha que deveria ser contra a bionicidade. Marcha que deveríamos de nos envergonhar. Deveria se fazer a marcha em favor do povo, marcha contra a inflação galopante, contra a situação atual existente, em vez de se insuflar o povo contra o que não leva a nada.

Essa é a marcha dos homens que querem derivar, fazer a primeira traição às autoridades constituídas, com a qual não podemos concordar.

Deveríamos fazer a marcha em favor do povo, lutando pelos plantadores de feijão. Onde está a marcha do feijão? A marcha do café? A marcha dos plantadores de soja? Onde está a marcha dos melhores salários e melhores condições de vida para o povo brasileiro?

Essa é a marcha da demagogia, dos que não querem outra coisa a não ser deturpar, dos que não querem solução dos problemas existentes.

Por que não se faz marcha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para aqueles homens que vivem no submundo brasileiro? Por que não fazem essa marcha? Por que não fazem uma marcha a favor dos homens que estão passando fome? Por que não se faz marcha a não ser para demagogia?

Digo isso de inteira responsabilidade minha.

Por que não se faz marcha para melhorar o problema do lavrador?

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, não entendi bem se Vossa Excelência se refere à marcha caminhada, programada para hoje, pelos partidos do PMDB, PP e PTB, inclusive com elementos de sua bancada?

O SR. GABRIEL MANOEL — É essa marcha da burrice.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, em primeiro lugar, é algo que está amparado pela Constituição.

O SR. GABRIEL MANOEL — É óbvio, sabemos disso.

O Sr. Gernote Kirinus — Portanto, acho estranho que Vossa Excelência considere demagógico. Só se a Constituição for demagógica.

O SR. GABRIEL MANOEL — Altamente demagógica.

O Sr. Gernote Kirinus — Então, a Constituição que se fez em 1969, com uma série de emendas, também é uma demagogia do Governo atual.

O SR. GABRIEL MANOEL — Por que Vossas Excelências não fizeram marchas pelos trabalhadores? Onde está a marcha dos pobres que estão passando fome, neste País? Onde está a marcha dos estudantes? Onde está a marcha para um Brasil cristão? Onde está a marcha da lavoura marginalizada? Onde está a marcha contra Delfim Neto que está acabando com o País?

Onde está a marcha de Vossas Excelências, meus amigos, que precisam, todos nós precisamos, lutar pelo povo que está passando fome? Onde está a marcha a favor do brasileiro marginalizado?

Por que fazem essa marcha da demagogia?

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Então fica Vossa Excelência encarregado de promover e encabeçar uma marcha dessas.

O SR. GABRIEL MANOEL — Fica Vossa Excelência, Deputado Lineu Turra, encarregado de achar a solução.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência vai encabeçar uma comissão para promover uma marcha nesse sentido.

O SR. GABRIEL MANOEL — Isso é um problema de que não precisamos fazer marcha, precisamos nos unir e dizer a verdade ao povo. Onde está a marcha dos vencimentos dos Deputados que ganham aqui e vão fazer marcha...

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Gabriel Manoel, pessoalmente acho válida toda manifestação de segmentos da sociedade, para atingir determinados objetivos. É lógico que a marcha que hoje está programada, tem por objetivo, atingir as eleições para o corrente ano.

Entretanto, há a considerar as dificuldades de ordem jurídica para a realização do pleito. Talvez os instituidores dessa marcha, na melhor das intenções, não tenham avaliado este problema que eu acho de primordial importância.

Os Partidos não têm condições de apresentar candidatos para as eleições de 15 de novembro do corrente ano. De qualquer maneira, as eleições terão que ser adiadas, seja por um mês, seja por dois meses, seja por cinco meses, seja por um ano ou dois anos.

Havendo a prorrogação, é uma questão de se verificar qual a melhor conveniência para a própria estabilidade social e econômica da Nação, a realização, um mês após ou dois anos após.

Por isso, me associo de certa forma, com o pronunciamento de Vossa Excelência, sem entretanto julgar demagógico propriamente, o movimento que se realiza hoje, baseado no princípio de que todo o movimento é válido, mas acho que

peça, já desde logo, pela impossibilidade das eleições em 15 de novembro.

O SR. GABRIEL MANOEL — E porque não houve a marcha em Santo Antônio da Platina, e beneficiando o lavrador, porque não houve a marcha heróica do povo e das forças constituídas do Paraná, dos segmentos que vão buscar votos no interior, quando o lavrador está marginalizado e que covardemente a marcha da lavoura, a marcha do cafelista foi deturpada.

Por que não houve uma marcha em benefício do Paraná e de sua gente? Por que não existe uma marcha em benefício do plantador de soja, do plantador de café, do humilde plantador de feijão? Por que não houve uma marcha contra a demagogia, contra a política errada de Delfim Neto ao mandar plantar feijão fora de época? Por que as Oposições não se coligaram e não vieram ao nosso encontro? Nós fomos ao seu encontro para fazermos uma marcha em favor da produção, para fazer uma marcha como estiveram aqueles abnegados homens em Santo Antônio da Platina, com sua marcha barrada? Por que naquele momento os Partidos políticos não foram dar amparo aos lavradores, amparo aos homens que precisaram de amparo, sem demagogia? Porque, de eleições, o pessoal está enjoado.

O pessoal quer a verdade e não a demagogia. Porque, naquele momento em que o pessoal de Santo Antônio da Platina, comungando o esforço de todos os plantadores de café na região, não tivemos a marcha, não tivemos a capacidade de fazer a marcha ao lado do povo, dos homens de mãos calosas, dos homens que puxam o rabicho do arado, dos homens que puxam a enxada, para termos uma validade dentro deste contexto onde nós representamos uma pequena parcela do Paraná.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, Vossa Excelência como grande representante do Norte Pioneiro e vários outros municípios fora daquela região, preocupado com o problema do povo, principalmente do trabalhador e que, como homem do PDS, mas que nas horas em que vê que o povo não vem sendo atendido como há poucos dias Vossa Excelência foi a essa mesma tribuna para criticar o Ministério da Agricultura.

Mas, nobre Deputado, marcha não é a solução. O que nós precisamos, é de um programa concreto e que haja uma conscientização na defesa dos interesses do povo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pergunto a Vossa Excelência, por que não fazemos a marcha em favor do bóia-fria, do homem que está marginalizado e tornando marginais os seus filhos? Por que não se faz uma marcha em favor dessa gente, não se faz uma união, porque, demagogia, Deputado, nós todos estamos...

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado,...

O SR. GABRIEL MANOEL — Demagogia, chega.

Por que as Oposições coligadas, os grandes salvadores da Pátria não arranjam uma solução para esta Pátria? Por que não vão ao lado dos bóias-frias, fazer uma marcha conjunta?

O Sr. Lineu Turra — Deputado Gabriel Manoel, Vossa Excelência é contra a democracia?

O SR. GABRIEL MANOEL — As oposições coligadas, Sr. Deputado, querem fazer a marcha da demagogia, porque, descer lá embaixo, descer no patamar onde o povo precisa, onde o povo brasileiro está se tornando marginalizado por falta de compreensão dos segmentos da sociedade e principalmente das autoridades constituídas que somos nós.

O Sr. Gilberto Carvalho — Eu sei, nesta fase difícil em que passa o País, existem vários campos a serem atacados, mas há até quem diga que o momento não é de se preocupar com eleição, mas eu discordo. É preciso que nos preocupemos e principalmente agora, quando alguns defendem a realização

de eleições neste ano, que nós sabemos que é praticamente impossível, é preciso que tomemos uma posição e desde já deveremos começar a lutar para que não haja coincidência de mandato em 1982, porque aí o povo não será ouvido, mais de 50 por cento dos votos serão nulos e não será representada a vontade do povo. Nós temos que posicionar desde já contra a coincidência de mandato, arranjar uma saída para que se realizem eleições e contra também o mandato-tampão e que se realizem as eleições de quatro em quatro anos.

Devo vir na próxima semana ocupar essa tribuna, para fazer um pronunciamento com referência às eleições e me posicionando também sobre a eleição distrital.

Muito obrigado.

O Sr. **Nelton Friedrich** — Vossa Excelência permite um aparte?
O Sr. **GABRIEL MANOEL** — Apenas para complementar o aparte do Deputado.

A nossa revolta não é contra. A nossa revolta é que no todo, o político brasileiro está mais ou menos esposando uma tese que não é válida dentro do meu pouco conhecimento, porque faço uma pergunta ao Paraná.

Quem está interessado em eleições? Qual é o segmento dos humildes que estão interessados em saber de eleições? Eleições são fabricadas, marchas são fabricadas. Queremos saber como pode viver um homem que ganha salário mínimo com sua família, o que a marcha vai resolver?

É esse o nosso problema, é essa a nossa revolta, porque daqui não se faz uma união, não se faz uma conscientização de partidos da Oposição e da Situação, para defendermos isso, para defendermos o bôia-fria, que manda seus filhos para as capitais, para virem aqui tornar-se marginais, bandidos, muitas vezes sem ser necessário.

É essa a marcha que precisamos fazer, é a marcha cristã e a marcha dos homens de boa vontade, a marcha dos segmentos da Bíblia, que dizia: "Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade". Esta é a marcha que precisamos, não é a marcha da mentira, não é a marcha do oportunismo, não é a marcha de homens que como nós se sentam numa cadeira bonita e estofada, e depois vamos para a rua para insuflarmos, Sr. Presidente, insuflarmos a...

O SR. PRESIDENTE — (**Tércio Albuquerque**) Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O Sr. **Nelton Friedrich** — ... Serei bem rápido, Deputado.

Eu só gostaria de pedir a Vossa Excelência, se Vossa Excelência não acredita que é melhor o PMDB sair do Governo e os Ministros do PMDB saírem para melhorar a situação. Não é melhor isso?

O SR. **GABRIEL MANOEL** — É outro problema, porque somos todos brasileiros.

Não lutados em PMDB, lutamos no global, num todo, numa massa monolítica, num bloco monolítico para que o País possa ser salvo para que a marcha nasça dentro do Brasil e não com soluções esdrúxulas.

O Senhor me desculpe, não é MDB, não é PDS, não é PDC. É o brasileiro que está sofrendo. Essa marcha não leva a nada, e a minha revolta é isto.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Tércio Albuquerque**) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. **NELTON FRIEDRICH** — Questão de ordem, Sr. Presidente

Gostaria que Vossa Excelência, devido aos atropelos que houve no início, inclusive com um problema difícil desde o

início, pela maneira em que se fez até a leitura da ata, a abertura dos trabalhos, que se inscrevesse esse Deputado em Explicações Pessoais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (**Tércio Albuquerque**) A Mesa defere e Vossa Excelência está inscrito.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 33/80, (Mens. Govern. nº 33/80), que aprova o Convênio celebrado entre a União, através de Órgãos que especifica e o Estado do Paraná, objetivando dar continuidade ao Programa de Cooperação Técnica e Financeira com os Estados, Territórios, Municípios e o Distrito Federal. — **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de setembro de 1979, e seu primeiro Termo Aditivo, datado de 03 de abril de 1980, celebrados entre a União, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, visando dar continuidade ao Programa de Cooperação Técnica e Financeira com os Estados, Territórios, Municípios e o Distrito Federal.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Rosário Pitelli, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 34/80, (Mens. Govern. nº 32/80), que aprova o Termo de Convênio de Cooperação e Compromisso entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e o Município de Cascavel, objetivando a execução de obras do terminal rodoviário de passageiros na sede do referido município. — **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio de Cooperação e Compromisso, celebrado em 12 de dezembro de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Município de CASCAVEL, objetivando a execução das obras do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Rosário Pitelli, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 35/80, (Mens. Govern. nº 31/80), que aprova Convênio de Cooperação e Compromisso entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e o Município de Apucarana, objetivando a execução das obras do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município. — **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio de Cooperação e Compromisso, celebrado em 12 de dezembro de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Município de APUCARANA, objetivando a execução de obras do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Rosário Pitelli, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elpídio Moraes de Bomfim. — **Aprovado** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Dr. Hilton Silly, Meretíssimo Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Vitória-ES, pela sua atitude íntegra, soberana e honrosa, assumida no caso da menina Araceli Sanchez. — **Aprovado**.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

Antes que Vossa Excelência proclame o resultado, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

13 Srs. Deputados responderam a chamada.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 23, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 14, 15, 36 e 37/80.

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 125/79.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/80.

Levanta-se a Sessão.